

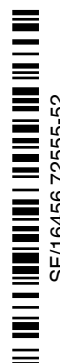
REQUERIMENTO Nº , DE 2016 – CI

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para avaliar as perdas financeiras do resultado da Petrobrás em 2015, discutir as denúncias envolvendo a gestão da área de Recursos Humanos da empresa que podem ainda trazer perdas bilionárias e verificar quais medidas estão sendo tomadas para o reequilíbrio financeiro da empresa. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- **Aldemir Bendine**, Presidente do Petrobrás,
- **João Adalberto Elek Junior**, Diretor de Governança, Risco e Conformidade, e
- **Ivan de Souza Monteiro**, Diretor da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores.

JUSTIFICATIVA

O setor de petróleo e gás natural no país representava 3% do PIB em 2000 e passou a 13% do PIB em 2013. A Petrobrás é a maior empresa desse setor e do Brasil, com receitas de R\$ 305 bilhões de reais em 2013. Esse montante é equivalente a 30% do total das receitas líquida do Governo Federal. Trata-se de uma empresa de economia mista



que tem a dimensão de um estado nacional dentro do próprio país.

No entanto, a empresa passa por graves problemas relacionados à má gestão e à corrupção. A Petrobras teve prejuízo líquido de R\$ 34,836 bilhões em 2015. Trata-se do maior prejuízo anual registrado pela companhia, superando as perdas de R\$ 21,587 bilhões de 2014.

A empresa atribuiu o prejuízo recorde ao ajuste (impairment) de ativos e de investimentos, principalmente em função do declínio dos preços do petróleo e incremento nas taxas de desconto, reflexo do aumento do risco Brasil pela perda do grau de investimento (R\$ 49,748 bilhões), além das despesas de juros e perda cambial de R\$ 32,908 bilhões. Pesou ainda a queda de 5% nas receitas e a queda dos preços de exportação de petróleo e derivados.

Essas perdas ainda podem ser potencializadas pelas informações trazidas pela reportagem do Jornal Valor Econômico de 21 de março de 2016, onde diz que a Petrobras abriu um processo de investigação sobre denúncias envolvendo a gestão da área de Recursos Humanos (RH) com potencial de trazer perdas bilionárias para a estatal. O fato já está sendo investigado pelo diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Elek, a pedido de membros do conselho de administração da companhia.

Os autores da denúncia, que se mantêm no anonimato por medo de represálias, apontam 11 medidas danosas e calculam que apenas duas políticas de remuneração podem ter trazido perdas à estatal da ordem de R\$ 40 bilhões.



Tais fatos já são ou podem se tornar objeto de contestação judicial se todos os empregados entrarem com ação reivindicando reconhecimento de benefícios, e ganharem.

O número é controverso e pode não ser tão elevado. Mas a base da acusação é o fato de os antigos gestores da empresa terem elevado as contingências trabalhistas em 2.300% entre 2006 e dezembro de 2014, de R\$ 500 milhões para R\$ 12,3 bilhões. Em setembro do ano passado o valor atualizado havia saltado para R\$ 14,3 bilhões, um aumento de 28 vezes em dez anos.

Essas contingências são maiores do que as perdas de R\$ 6,2 bilhões com corrupção assumidas pela empresa no balanço de 2014, publicado no ano passado, quando a estatal registrou prejuízo de R\$ 21,6 bilhões. Em junho de 2015, a estatal tinha 79.273 funcionários próprios e 231.436 terceirizados.

Pelas razões aqui expostas, e pela importância desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador **Ricardo Ferraço**